

Educação, estranha prioridade

MARIA LUIZA GUEDES

Melancolicamente, olho para trás, para 30 anos atrás, quando ingressei, cheia de entusiasmo e ideais, no magistério público estadual. Anos dourados, também, na educação: professores qualificados, dedicados integralmente a seus alunos; remuneração digna, equivalente à dos profissionais liberais e à dos militares graduados; profissão respeitada e valorizada por todos. Os alunos estudavam seriamente, preparando-se para, no futuro, lutar com as ferramentas (verbais, numéricas etc.) que adquirissem na escola, por uma boa colocação no mercado de trabalho ou pelo ingresso em cursos superiores.

Hoje, o cenário mudou. A remuneração indigna do professor afasta as melhores vocações, afasta, também, a possibilidade de atualização ou aperfeiçoamento: a necessidade primária de sobrevivência leva o professor a cumprir várias jornadas de trabalho. Não há mais tempo para elaborar planos de ensino, preparar aulas, corrigir trabalhos, acompanhar, individualmente, o desempenho do aluno: o cansado professor "ocupa" o horário dos alunos, improvisando suas aulas, atividades etc.

O perfil da educação pública estadual mudou porque os Governos estaduais mudaram a política educacional. No Governo atual, a educação está dicotomizada: há uma educação no discurso oficial e há uma outra, a real, a que acontece nas escolas.

Ainda uma vez, ouvi do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, sr. Leonel Brizola, que a prioridade número um de seu governo era a educação. Perplexa, tento interpretar: educação é construção de belos prédios (Cieps)? É criar um sistema paralelo de educação, mantendo uma Secretaria de Estado (Seepe) só para administrar essas unidades escolares? É manter o aluno na escola até as 17h, mesmo sem a presença de professores? Os Cieps (10% da rede pública estadual), em sua grande maioria, funcionam como escolas convencionais, onde faltam professores e faltam os recursos alardeados pela propaganda...

A minha formação superior em magistério (graduação e pós-graduação) e a minha experiência de 30 anos nesta área me conduzem a um outro entendimento. Em educação, o que importa, basicamente, é o binômio professor/aluno: os dois podem estar à sombra de uma árvore, em galpões comunitários ou em salas de aula confortáveis e com todos os recursos didáticos. A aprendizagem só se processa pela interação professor/aluno. E a competência do professor e a sua capacidade de comuni-

cação, de doação integral, que vão dar a medida da internalização da aprendizagem do aluno.

A competência do professor, sua formação profissional e valorização salarial são diretrizes do Governo estadual? O salário é aviltante (o piso salarial da carreira reduziu-se a um salário-mínimo, sem vale-transporte e tíquete-refeição) e o registro profissional, obrigatório nos termos da portaria nº 399/89, do MEC, é desconsiderado e, até mesmo, dispensado oficialmente.

Está ocorrendo, por determinação oficial, um fato estarrecedor. A coordenadora do Ensino Básico da Secretaria estadual de Educação, professora Júlia Dames e Silva, através de ofício-circular nº 12/94, orientou os diretores no sentido de que as faltas de professores em algumas disciplinas podem ser supridas por outros professores, habilitados em outras disciplinas — assim, por exemplo, um professor de português pode lecionar matemática, um de educação

em que o piso salarial de hoje corresponde a 25% do que era no início da carreira, na década de 60.

Ao solicitar a aposentadoria, estou consciente de que um quadro ainda mais sombrio me espera: salário correspondente a 50% do professor em exercício (por um artifício ardiloso do Governo estadual), despesas adicionais com médicos e remédios... Não mais a esperança de poder mudar o rumo profissional de minha vida...

Ainda viverei para ver a educação voltar a ser tratada como o investimento mais valioso da área social? Algum dia o professor voltará a ser tratado com o respeito que a importância de sua função confere? Haverá reconhecimento, afinal, de que ele é o principal agente formador do cidadão consciente e de que para desempenhar este papel, com dignidade, ele necessita de salário digno que lhe permita dedicar-se integralmente a seus alunos?

O Japão, a Coréia e o milagre do salto para o futuro: como chegaram ao Primeiro Mundo? A resposta é conhecida: investindo maciçamente em educação. O Japão, em lei de 1974, em vigor, estabelece que "os padrões de compensação (salários) dos professores devem ser, em geral, mais altos que os de outros funcionários públicos com formações acadêmicas e carreiras comparáveis às dos professores" (apud Kazuo, I., "Educação Escolar no Japão"). E no Rio de Janeiro, para onde irão as verbas que deveriam remunerar com justiça os professores?

No Rio de Janeiro, duas Secretarias de Estado tratam de educação. Dois sistemas paralelos. Uma Secretaria de Educação com uma rede de 2.900 escolas públicas estaduais, em geral necessitando de obras de recuperação estrutural, de infra-estrutura básica, de recursos financeiros e pedagógicos e com pobres, fatigados e sub-remunerados professores. Uma outra secretaria, denominada extraordinária (!), com uma rede de cerca de 400 Cieps, construídos nos últimos anos, alguns bem aparelhados (vitrines eleitorais?), com verbas substanciais para obras, melhoramentos e "embelezamentos" e com professores recebendo salários 100% mais altos que os da Secretaria de Educação.

Concluindo: desarticular o sistema de educação do estado, com o dualismo de duas Secretarias de Educação, de forma a privilegiar uma delas, para atender a motivações políticas; oferecer educação de má qualidade, desrespeitar a legislação de ensino em vigor, remunerar de forma indigna o professor — é priorizar a educação? E esta a educação "nota dez" do Estado do Rio de Janeiro?

Maria Luiza Guedes é professora pública estadual de Segundo Grau.